

A EVIDÊNCIA DOS NÚMEROS NO DISCURSO JORNALÍSTICO ATRAVÉS DAS RELAÇÕES DE COMUNICAÇÃO E TRABALHO

Olívia Horta Bulla Piedade¹

RESUMO: O presente artigo pretende apresentar o objeto de pesquisa, que trata do uso dos números como fator argumentativo na produção do discurso jornalístico, e relacioná-lo ao binômio Comunicação e Trabalho. A consideração é de que as normas produtivas e seus enquadramentos ideológicos no processo de trabalho servem como racionalização da construção de sentido, baseada em números. Assim, o produto “numérico” dos meios de comunicação é o correspondente ideal dessa racionalidade ao criar “vozes” que atuam na sociedade, potencializando o valor da notícia e simulando o conceito de verdade na realidade.

PALAVRAS-CHAVE: *Números, Discurso, Comunicação, Trabalho, Dialética.*

ABSTRACT: This paper aims to present the research object, which refers to the use of numbers as argumentative factor in the production of journalistic discourse, and relate it to the binomial Communication and Work. The consideration is that the productive standards and their ideological frameworks in the labor process serve as rationalization of the construction of meaning, based on numbers. Thus, the "numerical" product of media is the ideal corresponding to create this rationality "voices" that act in society, increasing the value of news and simulating the truth.

KEYWORDS: *Numbers, Speech, Communication, Work, Dialectic.*

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCom) da Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP), na área de Teoria e Pesquisa em Comunicação, desde 2013, sob a orientação da profa. dra. Roseli Fígaro, e integrante do Centro de Estudos em Comunicação e Trabalho. Possui especialização em Jornalismo Econômico pela PUC-SP (2006) e graduação em Jornalismo pela PUCMinas (2004).

INTRODUÇÃO

As transformações que ocorreram e ocorrem na sociedade, diante da incorporação do processo comunicacional no mundo do trabalho, apresentam-se como os desafios que o binômio Comunicação e Trabalho busca discutir e compreender. O entendimento desses conceitos, e suas relações, permite captar as transformações culturais da sociedade, refletidas na produção de sentido e na reordenação da representação da realidade.

Para analisar a relação complexa entre esses termos, pretende-se verificar o uso dos números como fator argumentativo na produção do discurso jornalístico. A partir das rotinas produtivas e seus enquadramentos ideológicos para a racionalização da verdade, busca-se compreender as transformações e reconfigurações na relação trabalho/linguagem que passaram a fazer parte dos processos produtivos com a evolução dos meios de comunicação.

Nesse contexto, a abordagem também permite uma aproximação dos estudos sobre Análise do Discurso, pois a hipótese é de que os números são tratados como signos que são apropriados para a produção de sentidos. Mais que isso, os números são usados para construir argumentos conforme convém, em uma relação nem sempre harmoniosa.

Seife (2012) afirma que qualquer informação quantificável pode ser usada para sustentar uma história. Para ele, a percepção é de que há conexão convincente entre o número e a realidade. A ideia, segundo ele, é de que ainda que o número pareça extremamente preciso e oficial, a exatidão é ilusória, mas há predisposição em aceitá-la.

Anunciantes adulteram números para nos convencer a comprar seus produtos, políticos manipulam dados para se reeleger. Gurus e profetas usam cálculos fraudulentos para nos fazer acreditar em previsões que parecem nunca se realizar. Negociantes usam argumentos matemáticos enganosos para tomar nosso dinheiro. Pesquisas de opinião fingem ouvir o que temos a dizer e usam falácias matemáticas para nos dizer em que acreditar. (SEIFE, 2012, p. 9).

Considera-se, assim, que toda realidade transformada em fatos e dados é uma forma de interpretação dessa realidade e que há sempre interesses no uso desses números e na sua transformação em notícia. Portanto, ao tratar da racionalização do processo produtivo, tem-se como paradigma científico a dialética e o materialismo histórico, que veem a razão como instrumento de apreensão da realidade.

Em *O Capital*, Karl Marx destaca o trabalho como necessidade da vida do ser humano e diz que a capacidade de trabalho faz com que o homem seja um ser histórico, diferenciado de outros animais, por produzir e transformar as suas condições de sobrevivência. A comunicação, por sua vez, “é uma conquista da espécie humana” (MARX, 1985, p. 123), efetivada por meio de sua atividade de trabalho.

Fígaro (2013) lembra que a atividade humana compreende trabalho e comunicação. Citando Léontiev, a autora afirma que linguagem e trabalho estão ligados desde a origem à atividade produtiva, à “comunicação material dos homens”.

Para ela, a comunicação sobre o trabalho e as marcas do trabalho no sujeito permitem entender a amplitude e os limites de pontos de vista que permeiam o universo ideológico daqueles que trabalham com notícia, e revela os valores a partir dos quais os jornalistas contam e editam o mundo para a sociedade.

Sader (*in* MARX, ENGELS, 2007) lembra que o conceito de trabalho, redefinido por Karl Marx em termos históricos e materiais, permite rearticular a relação entre sujeito e objeto, “mediante a versão de que os homens produzem a realidade inconscientemente” (p.10).

O mundo que nos aparece sob a dicotomia entre sujeito e objeto, entre subjetividade e objetividade, tem de ser desvendado nas suas raízes, para compreendermos o porquê dessa cisão (...) (*ibid*, p.11).

O caminho da razão é, portanto, do reconhecimento da cisão e de suas raízes. Conforme observa Baccega (1995), entre o sujeito e o objeto há uma “força” que impele perceber a realidade de determinado modo. “Há que se perceber o ‘deslocamento’ dessas significações: a produção do sentido está na sociedade, está na história” (BACCEGA, 1995, p. 27).

Marx e Engels (2007) afirmam que a transformação da história é uma ação plenamente material, empiricamente verificável. “A apreensão do significado de que as formas de reprodução da vida têm para a existência humana representa a primeira grande formulação do materialismo dialético” (SADER, 2007, p. 14).

Partindo-se da concepção da teoria literária inglesa, da corrente denominada Cultural Studies, de onde vieram Raymond Williams e Richard Hoggart, que diz que “os meios de comunicação são, eles mesmos, meios de produção” (WILLIAMNS, 2011, p. 69), propõe-se seguir a abordagem de Marx, de uma compreensão da história a partir

do desenvolvimento dos meios de produção, “uma análise materialista da história” (FÍGARO, 2008, p. 116).

Nesse sentido, o binômio comunicação e trabalho vai de encontro ao ponto de vista enunciado por J. Habermas - que defende a prioridade da linguagem em detrimento do trabalho - ao considerar a atividade de trabalho como aquela capaz de transformação. A partir desse pressuposto, não se reduz a comunicação a estratégias de persuasão, como apontam diversas correntes que teorizam sobre a cultura e os meios de comunicação.

Fígaro (2009) lembra que as correntes teóricas sobre a comunicação que apareceram ao longo do século XX, das quais saíram diferentes tendências, “desenvolveram suas análises tendo como pano de fundo as mudanças trazidas pela introdução de novas tecnologias na produção de bens materiais e culturais” (p. 27-28).

Portanto, as mudanças do mundo do trabalho industrial, da vida urbana e a origem da sociedade industrial embasaram as propostas teóricas sobre a Comunicação.

A organização científica do trabalho, os métodos de medição do ritmo de execução de tarefas e da capacidade de produção do operário, introduzidos por F. Taylor e, adaptados por H. Ford, na primeira metade do século XX, tinham como finalidades a eficácia do fluxo e da transmissão na linha de produção. Ponto de vista também presente nas análises de Comunicação. (FÍGARO, 2009, p. 28).

Durante os anos 1960 parecia haver indícios de problemas sérios no fordismo, diante da queda da produtividade e da lucratividade corporativas. Até o estouro da crise do petróleo, na década seguinte, tornou-se evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo.

Com isso, o neoliberalismo, com o declínio da *pax Americana* após a década de 1970, tornou mais direta a conexão entre o que Marx dizia e o que está acontecendo ao nosso redor nos dias de hoje. Segundo a tradição marxista, a produção é o cerne da perpetuação e da ruína do capitalismo.

Em consequência da reestruturação econômica e do reajustamento social e político ocorrido nos fim dos anos 70 e durante a década de 80, a acumulação flexível (Harvey, 1994) cria a flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.

A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego “estrutural” (em oposição à “friccional”), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e

o retrocesso do poder sindical – uma das colunas políticas do regime fordista. (HARVEY, 1994, p. 141).

Antunes (1995) reconhece a existência de uma combinação de processos produtivos, articulando o fordismo com processos flexíveis. Burawoy (1990), por sua vez, destaca que o processo de produção não se restringe ao processo de trabalho. “A produção inclui também aparelhos políticos que reproduzem as relações do processo de trabalho através da regulação dos conflitos” (*ibid*, p. 01).

Segundo o autor, esses aparelhos e os conflitos que lhe são associados são denominados de política de produção, que estabelece limites e precipita as intervenções. Assim, a natureza do regime de fabricação e suas relações trabalhistas são estabelecidas pelas forças produtivas.

Esse novo paradigma produtivo pretende ser isento da concepção de alienação do trabalho no processo de produção, pois os excessos do fordismo e da produção em massa parecem estar ausentes. Ainda assim, as singularidades no modo de produção não suprimem o estranhamento.

Nos Manuscritos econômico-filosóficos, a alienação aponta para seu fundamento na categoria de trabalho. “O trabalho produz ao mesmo tempo mercadorias e o operário enquanto mercadoria” (SADER *In* MARX, ENGELS, 2007, p. 13). Associando-se esses conceitos, tem-se a atividade de produção como fonte da alienação. “Como produtor, o operário não se sente sujeito, mas objeto de seu objeto” (*ibid*).

A política de alienação nos dias de hoje passa por um embate entre a subcontratação e a precarização da mão de obra frente à competição, à colaboração e à especialização das corporações. A centralização do capital, aliada à descentralização das operações produtivas, comerciais e financeiras reorganizam a economia e a geopolítica do mundo, levando a novas formas de gestão e de controle do trabalho, da produção e dos mercados.

No âmbito da pesquisa, são consideradas as mudanças no perfil do profissional jornalista e no modo de organização do trabalho diante das relevantes transformações ocorridas no panorama dos meios de comunicação. Segundo Fígaro (2013), o maior desafio no exercício profissional é o surgimento do tratamento da informação de fácil acesso.

Nesse contexto, propôs-se a questão-chave sobre como os números são usados para a construção do discurso jornalístico. A hipótese da pesquisa é de que os números potencializam o valor da notícia e, combinado com as normas e procedimentos do

mundo do trabalho do jornalista, permite ao emissor contar a versão que se quer do fato, com base em elementos das rotinas produtivas.

DIÁLOGO COM NÚMEROS

Ao se considerar os fenômenos comunicacionais da sociedade atual e propor analisar, através do discurso, como o produto jornalístico transforma um número em um fato noticioso, será possível verificar um produto no contexto cultural. Afinal, quando se trata de qualificar a representatividade dos números, o processo de produção da notícia interfere na interpretação e divulgação de um fato, “regurgitando” dados e cifras.

Seife (2012) afirma que para convencer o receptor de qualquer bobagem sem tamanho, basta acrescentar um número. “Mesmo a tolice mais absurda parece plausível quando expressada em termos numéricos” (*ibid*, 2012, p. 11). Esse grau de credibilidade conferido aos números dá a qualquer história uma “aura de plausibilidade”. “Os números exercem esse poder porque, em sua forma mais pura, um número é sempre verdadeiro” (*ibid*, 2012, p. 12).

Portanto, expressar uma ideia pelos números faz com que ela soe respeitável. Mas a criação dessas “fachadas numéricas” não dá a importância devida aos fundamentos reais que dados e estatísticas têm para apontar.

Ao contrário, por parecerem convincentes, esses números e indicadores podem ser um instrumento poderoso para apoiar um argumento e convencer o receptor, intimidando-o. Por sua vez, o emissor tende a procurar elementos que reforcem sua crença, amplificando um fato fabricado. É preciso, portanto, imunizar-se de um discurso e tornar o receptor como próprio agente de transformação.

“O que os números podem esconder?”, indaga Lopes (2002, p. 2). Pare ele, é fundamental qualificar os números e atribuí-los valores, em vez de apresentá-los de forma bruta, induzindo a uma interpretação fria, que, por sua vez, leva a conclusões absurdas. “Se eu como um frango e você comeu nenhum, pela estatística, ambos comemos meio frango” (LOPES, 2002, p. 23).

Nietzsche (1973) afirma que a contribuição original dos pitagóricos é, pois, “uma invenção” importante: a significação do número. “Sua ideia fundamental é esta: a matéria, que é representada inteiramente destituída de qualidade, somente por relações numéricas adquire tal ou tal qualidade determinada” (*ibid*, 1973, p. 63).

O trabalho historiográfico de Cornelli (2010) para a definição do pitagorismo como categoria ilustra a imagem poliédrica de um dos maiores fenômenos intelectuais da história ocidental. A partir do testemunho aristotélico central para a historiografia dos pitagóricos, a autora apresenta versões para a doutrina que tem como definição fundamental a constatação segundo a qual “tudo é número”.

Cornelli (2010) afirma que para além da primeira versão, que se refere à identificação fundamental dos números com os objetos sensíveis, duas outras versões são fornecidas. “A segunda delas é a identificação dos princípios dos números com os princípios das coisas” (p. 178). A terceira versão é a da imitação dos números pelos objetos reais.

Por isso, é na prática da pesquisa, que se buscará entender como o jornalista usa os números no texto para sustentar um discurso. Esse esforço de análise sobre a narrativa do Jornalismo traz a alegação de que o profissional não se limita à veiculação de notícias no sentido estrito da palavra, pois leva em conta o discurso que envolve sua materialidade, a condição simbólica das ideologias envolvidas nessa prática e os elementos sensíveis que garantem uma proximidade entre o emissor e o receptor.

No que se refere aos números, Lopes (2002) os elege como poderosos catalisadores da “noticiabilidade” de determinadas informações. Para ele, há um potencial nos números causado pela complexidade e impossibilidade de se encontrar termos substitutivos às expressões técnicas e terminologias referentes, agregando credibilidade à informação.

Quantificações denotam exatidão, precisão e carregam uma qualidade científica - ou pseudo-científica, em muitos casos - derivada da universalidade, da objetividade e do poder de conhecimento proporcionado pelos instrumentos teóricos da Matemática (LOPES, 2002, p. 7).

Essa ideia cumpre a finalidade de encarar o Jornalismo como uma “nova forma de conhecimento”. Afinal, se o receptor reconhecer e identificar a manipulação dos dados no processo de criação da notícia é possível desenredar-se da teia de falsidades numéricas.

A compreensão dos elementos basilares para pesquisar e analisar os processos comunicativos – na diversidade de suas linguagens e relações produtivas – amplia o potencial na verificação da quantificação das informações. Com isso, a construção de um *corpus* permitirá a análise do uso dos números no discurso jornalístico para elevar a representação da notícia e potencializar seu valor.

A partir de um estudo de caso, pretende-se observar a função reguladora dos discursos na vida social e tratar da racionalização do processo produtivo. A suspeita central é de que o uso dos números permite ao emissor da notícia contar a verdade que se quer dizer, “torturando” os fatos.

Para Seife (2012), há muitos caminhos que levam às falácias dos números, apresentando-os de uma maneira capciosa e distorcendo-os até a falsidade. Segundo ele, a técnica do “empacotador de frutas” - que embala os dados, apresentando-os de modo adulterado - permite que os números ganhem aparência de fatos e sejam aceitos. Essas meras fantasias são criadas para enganar o receptor e referendar o ponto de vista do emissor.

Um conjunto de obras que compõem o que se denomina pensamento bakhtiniano introduz uma nova forma de conceber e enfrentar a linguagem. Brait (FIGARO et al, 2012) resume que os trabalhos do Círculo de Bakhtin mostram que o falante tem uma margem de escolhas, diante das possibilidades lexicais e sintáticas existentes numa língua. “E mais: essas escolhas [...] dizem muito sobre o próprio enunciador” (p. 83).

Conforme lembram Resende e Ramalho (2013), Bakhtin foi fundador da primeira teoria semiótica de ideologia, da noção de “dialogismo” na linguagem e precursor da crítica ao objetivismo abstrato de Saussure (1981). Em seus ensaios filosóficos marxistas, Bakhtin/Volochinov sustentou que as leis do objetivismo abstrato, orientadas pelo pensamento saussuriano,

incorrem no equívoco de separar a língua de seu conteúdo ideológico por postularem que as únicas articulações a que os signos linguísticos se submetem incorreriam, estritamente, entre eles próprios no interior de um sistema fechado (RESENDE e RAMALHO, 2013, p. 15).

Assim, o meio social ganha força e a linguagem passa a ser concebida como uma prática que constitui a sociedade, os objetos e os sujeitos sociais, conforme as discussões foucaultianas. No entanto, no ângulo da pesquisa, os números vão se tornando objetos, nos quais os meios de comunicação encontram elementos para reforçar suas crenças, amplificando o potencial de notícia de um fato e fazendo uma reprodução do real.

Trata-se do que Bakhtin expõe na necessidade de uma abordagem marxista da filosofia da linguagem, ao falar sobre as relações entre linguagem e sociedade, colocadas sob o signo da dialética enquanto efeito das estruturas sociais. “Só a dialética

pode resolver a contradição aparente entre a unicidade e a pluralidade da significação” (YAGUELLO *In* BAKHTIN – VOLOCHINOV, 1986, p. 15).

Para Bakhtin, a enunciação, compreendida como uma réplica do diálogo social, é a unidade de base da língua, seja do discurso interior ou exterior. “Ela não existe fora de um contexto social, já que cada locutor tem um 'horizonte social'” (*ibid*, p. 16). Jakobson (*In* BAKHTIN – VOLOCHINOV, 1986) lembra que, para Bakhtin todas as noções substanciais formam, na estrutura da língua, um sistema inabalável, constituído por pares indissolúveis e solidários.

Sobral (2009) afirma que a concepção dialógica de Bakhtin propõe que a linguagem (e os discursos) tem seus sentidos produzidos pela presença constitutiva da intersubjetividade (e sua interação) no intercâmbio verbal. “Para o Círculo, todo enunciado pressupõe uma enunciação e toda enunciação produz enunciados” (*ibid*, p. 32).

A autora lembra ainda que a base da concepção de cultura de Bakhtin e seu Círculo é a ideia segundo a qual todo sujeito/todo sentido é constituído, forma sua identidade, sempre em processo, nas relações que mantêm desde o nascimento com outros sujeitos/sentidos.

Tomando a Análise Dialógica do Discurso (ADD) como sendo a indissolúvel relação existente entre língua, linguagens, história e sujeitos, o conceito de dialogismo, vinculado com o de interação, é a base do processo de produção dos discursos e da própria linguagem.

[...] a abordagem do discurso não pode se dar somente a partir de um ponto de vista interno, ou, ao contrário, de uma perspectiva exclusivamente externa. Excluir um dos polos é destruir o ponto de vista dialógico, proposto e explicitado pela teoria e pela análise, e dado como constitutivo da linguagem (BRAIT *In* FIGARO, 2012, p. 88).

Assim concebido, acrescenta a autora, o texto deve ser analisado, interpretado, reconhecido a partir dos mecanismos dialógicos que o constituem, dos embates e tensões que lhe são inerentes e do fato de que ostenta, necessariamente, a assinatura de um sujeito, individual ou coletivo, constituído por discursos históricos, sociais e culturais. “As relações dialógicas (inclusive as relações dialógicas do falante com sua própria fala) são objetos da metalinguística” (BAKHTIN *apud* BRAIT *In* FIGARO, 2012, p. 86).

A partir daí, engloba-se todo o processo, entendendo o sentido do discurso como dado por coerções internas à própria linguagem e pela relação externa de um discurso com outros discursos. Essa construção, contudo, permanece sempre incompleta, em processo, na tentativa de se completar a identidade do indivíduo (e do texto) a partir de sua relação com o outro, mas precisamente, com aquilo que lhe falta.

Em contrapartida, Bosi (1977) lembra que quando a socialização é uma adoção acrítica de normas e valores, produz o medo do conhecimento. Isto é, colhem-se os aspectos do real já recortados e confeccionados pela cultura. “O repouso no estereótipo, nas explicações dadas pelo poder, conduz a uma capitulação da percepção e a um estreitamento do campo mental” (p. 99).

Lippmann (1970) afirma que o relato de um acontecimento é, na realidade, uma transfiguração dele, um produto conjunto do conhecedor e do conhecido, no qual o papel do observador é sempre seletivo e, geralmente, criativo. “Os fatos que vemos dependem da posição em que estamos colocados e dos hábitos de nossos olhos” (*ibid*, p. 150). Mas a tentativa de ver todas as coisas frescamente e com detalhes, em vez de vê-las como tipos e generalidades, é exaustiva.

O objeto de pesquisa envolve, portanto, uma ideia de integração e visa desenvolver um processo de pensamento complementar e convergente, por meio do conceito de complexidade de Morin (2006).

Pode-se dizer que o que é complexo diz respeito, por um lado, ao mundo empírico, à incerteza, à incapacidade de ter certeza de tudo, de formular uma lei, de conceber uma ordem absoluta. Por outro lado, diz respeito a alguma coisa de lógico, isto é, à incapacidade de evitar contradições (MORIN, 2006, p. 68).

Ramos (2012) lembra que ao evocar o Dialogismo entre o sujeito e o objeto, Morin procura abraçar o sentido do todo, através das condições objetivas e subjetivas. Segundo o autor, é através do Dialogismo que “os opostos encontram os vértices de diálogo” (RAMOS, 2012, p. 14).

O autor lembra, contudo, que “Morin não inventou a complexidade, mas teve um mérito apreciável” (*ibid*). Nesse sentido, Loureiro e Viégas (2012) afirmam que a base de toda a reflexão moriniana é o pensamento de Marx, no qual Morin encontra “o gérmen para a construção do que ele denomina ‘pensamento complexo’” (LOUREIRO, VIÉGAS, 2012, p. 17).

Mas é a concepção que a perspectiva da complexidade tem sobre o sujeito que atua no mundo social, dentro de um contexto social, que se insere na orientação teórica dos estudos de análise do discurso. O estudo do discurso é capaz de fornecer um rico material de análise social, revelando ideologias ou até mesmo traços de pensamento.

Cada discurso é composto por muitos fios ideológicos, mas um discurso enunciado não é um trabalho pronto, acabado. Os discursos são sinais através dos quais percebemos traços ideológicos e eles podem ser redundantes, diferentes ou até mesmo contraditórios.

Citando a chamada *ideologia do cotidiano*, de Bakhtin, Baccega (1995) lembra que é normalmente no cotidiano que se pode perceber o processo de mudança social, de surgimento de novos sentidos. Ainda assim, o sentido das palavras é constituído através de processo contido na interação social. “O sentido é inesgotável e remete sempre para a ação, para a dinâmica da vida social, para a práxis” (BACCCEGA, 1995, p. 36).

Baccega (1995) afirma que a sociedade funciona no bojo de um número infundável de discursos “que se cruzam, se esbarram, se anulam, se complementam” (p.21). Dessa dinâmica, acrescenta a autora, nascem os novos discursos, “os quais planejam alterar os significados dos outros e vão alterando seus próprios significados” (*ibid*).

Mas a existência de alguns entraves atrapalha ou evita que a transmissão da informação ocorra de forma plena e produza um conhecimento válido. Portanto, antes de tratar da leitura que o “receptor” tem, a partir da materialidade do discurso-texto no seu universo, e da ideologia que essa realidade refletida e refratada (BAKHTIN, 1986) carrega, é preciso situar também a linguagem no contexto das situações de trabalho.

Ao expressar uma ideia sob a forma numérica, o emissor pode caracterizar uma realidade transformada por meio do discurso jornalístico no processo de produção da notícia. A contextualização dos dados e sua aparente comparação são elementos cruciais para a apresentação dos números, que passam a adquirir um significado na vida cotidiana.

Desse modo, considera-se que os números só são interessantes quando dão informações sobre o mundo, ou seja, quando respondem às perguntas básicas do Jornalismo condensadas no termo conhecido por *Wh Questions*, ou *question words*: *What* (O quê), *Who* (Quem), *When* (Quando), *Where* (Onde), *Why* (Por que), *Whose* (De quem), *Which* (Qual) e *How* (Como).

Sem responder a essas perguntas, os números são inúteis e não devem ser considerados isoladamente. A partir das respostas é que os números ganham um sentido, um significado, e passam a despertar interesse. “Mas, ao mesmo tempo, perdem sua pureza” (SEIFE, 2012: 13).

Trata-se do que Schaff (1976) dizia sobre a palavra, que carrega uma “a prática social solidificada”. Nessa elaboração da realidade como criação humana, Vygotski (2005) afirma que o significado da palavra é, simultaneamente, pensamento e fala, que se unem em pensamento verbal.

No entanto, Baccega (1995) lembra que “é na distância que medeia a coisa representada e a representação presente na palavra, no signo, que se configura o intervalo onde se materializa a ideologia” (p. 26). Segundo Bakhtin (1986), tudo que é ideológico possui um *significado* e remete a algo situado fora de si mesmo.

“Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*. *Sem signos não existe ideologia*” (*ibid*, p. 31). A palavra, segundo Bakhtin, é o primeiro meio da consciência individual e a ideologia é o significado que está fora do objeto, além dele.

A palavra é o fenômeno ideológico por excelência. A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não esteja ligado a essa função, nada que não tenha sido gerado por ela. A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social (BAKHTIN, 1986, p. 36).

Pela análise das palavras é possível identificar as mais singelas e efêmeras mudanças, colhendo sinais de transformações que ainda não estão sedimentadas e não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica. Fica claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais.

Utilizando de metáfora, Bakhtin (1986) compara as palavras a tecidos, feitas a partir de uma infinidade de fios ideológicos e cuja trama envolve as relações sociais em todos os domínios.

Fígaro (2012) retoma a metáfora do tecido para explicar conceitos como texto, discurso e enunciado. “O texto só aparece como produto industrial quando, enunciado, torna-se discurso” (FÍGARO, 2012, p. 13). O enunciado é “a colocação em funcionamento da língua por um ato individual de utilização” (*ibid*). Portanto, é o produto da enunciação cujo enunciador é um sujeito histórico situado e só se pode analisar um discurso quando ele é enunciado.

Para que esta análise seja bem-sucedida é fundamental que o texto seja compreendido como discurso, ou seja, levando em consideração o contexto de uso, as variáveis históricas envolvidas. Pois uma formação ideológica pode compreender várias formações discursivas. Segundo Pêcheux, formação discursiva é aquilo que, numa formação ideológica dada, determina o que pode e o que deve ser dito.

Portanto, é importante levar em conta o sujeito enunciador, a situação de fala e a relação desse contexto com o entorno, o tema e seu destaque em determinada conjuntura, a relação de forças entre os discursos que circulam na sociedade, no tempo e no espaço da história e da memória. Só assim, quando se compreende os aspectos definidores do texto, é que se pode trazer elementos mais complexos para a análise.

O estudo das práticas linguageiras, conforme lembra Faïta (2002), também não pode ser tomado por uma única gama de critérios, o que permitiria somente uma compreensão parcial da atividade. “Dessa forma, a análise pluridisciplinar permitiria considerar um mesmo problema sob aspectos diferentes, graças ao enriquecimento mútuo dos pontos de vista” (p. 59).

Para Faïta (2002), a teoria dialógica de Bakhtin e a noção de gênero ajudam a comportar um número aberto de maneiras de significar, autorizadas pela captação dos movimentos de sentido. Nesse cenário, pode ser possível identificar os deslocamentos de sentido, criados pelas estratégias discursivas do falante (enunciador).

O diálogo transgride os limites da interação ao introduzir inferências e encadeamentos do locutor em relação ao que ele próprio enuncia, jogando com sua memória, suas próprias opiniões ou sentimentos (FAÏTA, 2002, p. 57).

CONTADOR DE HISTÓRIAS

A compreensão do trabalho e a valorização do sujeito nas condições de produção para pensar a linguagem e sua aplicação como parte da atividade relacionam o discurso jornalístico e seu produto, a fim de identificar as diferentes “vozes” que atuam na produção da notícia baseada em números.

Como ponto de partida para a compreensão de fenômenos relativos aos processos de produção/recepção dos sentidos em diferentes contextos, Schaff (1976) aponta a linguagem. Segundo ele, a linguagem “é a *mediadora* entre o que é social, dado, e o que é individual” (p. 251) “é também, em certo sentido, a *criadora* da nossa imagem do mundo” (p. 254).

O autor fala de um terceiro plano, afora o pensamento e o conhecimento, no qual é preciso considerar na análise da atividade linguagueira. Trata-se da cultura, “enquanto ‘depósito’ de certos processos, dos seus produtos e de comportamentos humanos definidos” (p. 262).

Nesse sentido, no que tange ao objeto da pesquisa, defende-se a relevância do estudo da Comunicação no mundo do Trabalho a partir da verificação dos processos de produção de sentido, considerando o noticiário do jornal O Estado de S. Paulo referente às manifestações de junho de 2013 contra o aumento da tarifa de transporte público – as chamadas Jornadas de Junho.

Maricato (2013) lembra que as cidades são o principal local onde se dá a reprodução da força de trabalho. Mais que isso, as cidades são um produto, “ou, em outras palavras, também um grande negócio, especialmente para os capitais que embolsam com sua produção e exploração, lucros, juros e rendas” (p. 20).

Para Harvey (2013), os protestos sociais que aconteceram, e ainda acontecem, no mundo neste momento se originaram em um tipo de reação emocional – não científico e mais instável. O entendimento do autor é de que a alienação produz diferentes tipos de respostas e o mundo lida, agora, com algo como uma “alienação universal” – sobre o trabalho, sobre a natureza da vida urbana, nos protestos.

Assim, volta-se a levantar questões sobre a alienação do trabalho e como ela se relaciona com o ativismo político. Para Marx, embora tenha o potencial transformador da realidade, o que o homem mais recusa é trabalhar. “Foge do que o tornaria humano porque não se reconhece no que faz, no que produz, no mundo que transforma. Porque trata-se de trabalho alienado” (SADER In MARX, ENGELS, 2007, p. 14).

Nesse contexto, uma abordagem do binômio Comunicação e Trabalho parece ser a mais adequada, por ser capaz de articular esses conceitos e relacioná-los à linguagem, destacando os aspectos constitutivos do saber/fazer humano frente aos discursos que circulam na sociedade e às interações que se dão entre os sujeitos históricos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez/Edunicamp, 1995.

BACCEGA, Maria A. *Palavra e discurso*. História e Literatura. São Paulo: Ática, 1995.

BAKHTIN, Mikhail (VOLOCHINOV). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

BOSI, Ecléa. “A opinião e o estereótipo”. In: *Revista Contexto*, no. 2, mar. 77, p 97-104.

BURAWOY, Michel. “A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n° 13. ANPOCS: 1990.

CORNELLI, Gabriele. *Em busca do pitagorismo: o pitagorismo como categoria historiográfico*. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo (USP), 2010.

FAÏTA, Daniel. “A análise de práticas languageiras e situações de trabalho: uma renovação metodológica imposta pelo objeto”. In: SOUZA E SILVA, M. Cecília P., FAÏTA, Daniel (orgs.). *Linguagem e trabalho. Construção de objetos de análise no Brasil e na França*. São Paulo: Cortez, 2002.

FIGARO, Roseli (org.). *As Mudanças no Mundo do Trabalho do Jornalista*. São Paulo: Salta, 2013.

_____. *Comunicação e Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2012.

FÍGARO, Roseli. “Comunicação e Trabalho: binômio teórico produtivo para as pesquisas de recepção. Mediaciones Sociales”. *Revista de Ciências Sociales y de La Comunicación*, n° 4, primeiro semestre de 2009.

_____. “Atividade de Comunicação e trabalho”. *Revista Trabalho, Educação Saúde*. Fiocruz, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, 2008.

HARVEY, David. “Marx atrai jovens em busca de explicações para crises urbanas”. *Jornal Valor Econômico*, 30 e 31 de dezembro de 2013 e quarta-feira, 1 de janeiro de 2014. Caderno A, Seção Especial, p. 12.

_____. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Editora Loyola, 1994.

LIPPMANN, Walter. “Estereótipos”. In: STEINBERG, Charles S. *Meios de Comunicação de Massa*. São Paulo: Editora Cultrix, 1970.

LOPES, Omar Barreto. *Fatos e números: valores-notícia, quantidades e o poder das fontes no jornalismo econômico*. Dissertação (Mestrado), EDUSP: 2002.

LOUREIRO, C, VIÉGAS, A. “Algumas considerações sobre as influências do marxismo na teoria da complexidade de Edgar Morin: aportes para a pesquisa em educação ambiental”. *Revista Ambiente & Educação*, v. 17, n 2, 2012.

MARICATO, Ermínia. “É a questão urbana, estúpido!”. *Cidades Rebeldes*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. *O Capital. Crítica da economia política*. Vol I, livro Primeiro, O processo de produção do capital. Tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção Os Economistas).

MARX, K, ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MORIN, Edgar (2006). *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina.

NIETZSCHE, Friedrich. “Crítica Moderna”. *Os pré-socráticos*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

RAMOS, Roberto. “A intertextualidade de Edgar Morin”. *Revista Latino-Americana de Metodologia das Ciências Sociais*, vol. 2, n 1, primeiro semestre de 2012.

RESENDE, V.M. E RAMALHO, V.C.V. *Análise do discurso crítica*. São Paulo, 2013.

SADER, Emir. “Introdução”. In: MARX, K, ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SCHAFF, Adam. *Linguagem e Conhecimento*. Coimbra: Almedina, 1976.

SEIFE, Charles. *Os números (não) mentem - Como a matemática pode ser usada para enganar você*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

SOBRAL, Adail. *Do dialogismo ao gênero: as bases do pensamento do Círculo de Bakhtin*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.

WILLIAMS, R. *Cultura e materialismo*. [1980] São Paulo: EdUnesp, 2011.